

PLANO DE ENSINO

DISCIPLINA	CÁTEDRA JEAN MONNET						
DOCENTE	PAULA WOJCIKIEWICZ ALMEIDA						
CÓDIGO	GRDDIRELE0273	PERÍODO	-	NATUREZA	ELETIVA	CARGA HORÁRIA	30h

EMENTA	O sistema institucional da União Europeia: a construção da União Europeia, a estrutura institucional de base. A ordem jurídica da União Europeia: as principais fontes do direito europeu; princípios fundamentais do direito europeu; a sanção no direito europeu. Democracia na EU. Relações da EU com o Oriente Médio. Visão crítica do regionalismo. Direito substantivo da EU: temas contemporâneos. Direito Tributário na EU e Mercosul. O sistema institucional do MERCOSUL: a estrutura institucional de base; a ordem jurídica do MERCOSUL; as principais fontes do direito mercosulino; os princípios fundamentais do direito mercosulino; a implementação do direito mercosulino; a sanção no direito mercosulino. Direitos Humanos sob a ótica regional e sub-regional.						
OBJETIVOS	Estimular o ensino, a pesquisa e a reflexão de temas relacionados à integração regional comparada em instituições de ensino superior dentro e fora da União Europeia.						
METODOLOGIA	A metodologia adotada será diversificada. Buscar-se-á, ao máximo, a construção do conhecimento em sala de aula, com debates dirigidos conforme leitura prévia, aliado a exposição de conteúdo. Para isso, a será utilizada metodologia expositiva e participativa, bem como demais recursos didáticos. A maior parte dos pontos da disciplina será contextualizada mediante situações-problema específicas, o que pressupõe uma constante participação do aluno em sala de aula.						
HABILIDADE Exigência MEC RESOLUÇÃO nº 5, 18 de dezembro de 2018	X	Interpretar/aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas.					
	X	Demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas.					
	X	Demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão.					
	X	Dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito.					
	X	Adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicos com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito.					
	X	Desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos.					
	X	Compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito.					
	X	Ter competências para atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos.					
	X	Utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas.					
	X	Aceitar a diversidade e o pluralismo cultural.					
		Compreender o impacto da inteligência artificial e das novas tecnologias na área jurídica.					
	X	Possuir o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.					
	X	Desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar.					
	Apreender conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.						
	Outras:						
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO							
AULA	TEMA						
1	Apresentação do curso e aula inaugural.						
2	História e construção da União Europeia.						
3	O sistema institucional da União Europeia: a estrutura institucional de base.						
4	A ordem jurídica da União Europeia: as principais fontes e princípios fundamentais do direito da UE.						
5	O sistema de solução de controvérsias: a sanção no direito da EU.						
6	Democracia na EU.						
7	Relações da EU com o Oriente Médio.						
8	Visão crítica do regionalismo.						
9	Direito substantivo da EU: direito tributário.						

10	Direito substantivo da EU: direitos humanos.
11	Direito substantivo da EU: regulamentação das telecomunicações.
12	O sistema institucional do MERCOSUL: a estrutura institucional de base.
13	O sistema institucional do MERCOSUL: a ordem jurídica e a implementação do direito do MERCOSUL
14	O sistema de solução de controvérsias e a sanção no direito mercosulino.
15	Avaliação.
-	A proposta de aulas acima está sujeita a modificações e será modulada conforme a disponibilidade dos professores participantes e o calendário acadêmico.
TRILHA	Advocacia Empresarial
	Carreiras Públicas
	Regulação
	<input checked="" type="checkbox"/> Justiça e Sociedade
	Tecnologias
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	Trabalho de conclusão de curso no formato de artigo acadêmico, de acordo com as especificações indicadas no material de curso.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	ALMEIDA, P. W., Direito das Organizações Internacionais: casos e problemas. Rio de Janeiro: FGV, 2014. ALMEIDA, P. W., Mercosul: desafios para a implementação do direito e exemplos do Brasil, ed. Juruá, 2014, 536 p. FONTAINE, P., Uma ideia nova para a Europa — A declaração de Schuman 1950-2000, ed. Serviço das publicações oficiais das Comunidades Europeias, Luxemburgo, 2ª ed., 2000, 43 p. (Disponível em: https://hip.lisboa.ucp.pt/edocs/cde/2007_1622.pdf) CAMPOS, J. M. C., Manual de Direito Comunitário, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2004.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	CAMPOS, J. M. C., Manual de Direito Comunitário, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2004. CAMPOS, J. M. C., Contencioso Comunitario, ed. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa. CUNHA, P. P., Direito institucional da União Europeia, ed. Almedina, Coimbra, 2004, 215 p. BLUMANN, C., DUBOUIS, L., Droit institutionnel de l'Union européenne, éd. Litec, Paris, 2004, 494 p. ISAAC, G., BLANQUET, M., Droit communautaire général, éd. Dalloz, Paris, 8ème éd., 2001, 395 p. JACQUÉ, J. P., Droit institutionnel de l'Union européenne, éd. Dalloz, Paris, 3ème éd., 2004, 759 p. LAMBERT, E., Le gouvernement des juges, éd. Dalloz, réimpression de l'ouvrage publié en 1921 aux éditions Giard, Paris, 2005, 276 p. LECOURT, R., L'europe des juges, éd. Bruylant, Bruxelles, 1976, 321 p. PESCATORE, P., Le droit de l'intégration, émergence d'un phénomène nouveau dans les relations internationales selon l'expérience des Communautés Européennes, réimpression de l'ouvrage publié chez A. W. Sijthoff-Leiden en 1972, Bruylant, Bruxelles, 2005. RIDEAU, J., Droit Institutionnel de l'Union et des Communautés européennes, éd. L.G.D.J., Paris, 4ème éd., 2002, 1098 p. SIMON, D., Le système juridique communautaire, éd. PUF, Paris, 3ème éd., 2001, 779 p.